

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.112 - MG
(2018/0251451-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : EVANDRO VINICIUS LIMA MACHADO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele estado** na Apelação n. 1.0024.15.093933-8/001.

Busca o *Parquet* a condenação do agravado pela prática do delito de tráfico de drogas, ao argumento de que "a considerável quantidade de droga apreendida com o réu – mais de 500 g de maconha – afasta a condição de mero usuário, porquanto se revela incompatível com o uso individual" (fl. 342-343).

Afirma também ser "descabida a exigência, no caso em tela, para configuração da prática do crime capitulado no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, a prova da destinação comercial da substância entorpecente apreendida em poder do acusado" (fl. 343).

Requer seja restabelecida a condenação, nos termos da sentença de primeiro grau.

O recurso especial foi inadmitido durante o juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal estadual, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo.

Decido.

O agravo é **tempestivo e infirmou os fundamentos da**

decisão agravada, motivos pelos quais passo à análise do recurso especial.

Depreende-se dos autos que o Juiz de primeiro grau condenou o agravado – Evandro Vinicius Lima Machado – à pena de 3 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, por infração ao art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Em apelação, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso da defesa, para desclassificar a imputação inicial contida na denúncia para o delito previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, sob a seguinte motivação (fls. 303-305, grifei):

Analizando detidamente os autos, afigura-se pertinente a desclassificação almejada em recurso, á minguia de provas concretas a demonstrar inquestionável ideal de mercancia por parte do apelante:

Questionado em juízo, o Policial Militar, Giovanne Gomes da Silva, ouvido pelo sistema audiovisual, nos termos autorizados pelo art. 405, §1º, do CPP, afirmou ter participado da abordagem do réu, sendo o responsável pela busca pessoal, em razão da qual fora arrecadado um invólucro de maconha. Informou **ter sido realizada uma abordagem de rotina, não havendo qualquer denúncia anterior de envolvimento do acusado no tráfico de drogas**. Asseverou, ainda, ter sido afirmado pelo recorrente que a substância entorpecente arrecadada destinava-se ao seu uso pessoal.

Também o miliciano Leandro Francisco Silva afirmou ter participado da busca realizada na residência do acusado, no interior da qual **foram encontradas quatro porções menores de maconha, as quais poderiam ser destinadas ao consumo próprio pela forma de acondicionamento**. Afirmou, outrossim, **não ser o recorrente conhecido no meio policial**.

Com efeito, **não se extraem de tais declarações elementos a evidenciar o ideal de mercancia preconizado em denúncia**. As condições nas quais se desenvolvera a ação policial não podem ser interpretadas de modo à configuração do crime de tráfico de entorpecentes, sendo o apelante detido em operação rotineira da polícia, não sendo flagrado em atos de comércio.

O recorrente, por sua vez, negou em juízo a veracidade da acusação, referendando sua condição de usuário de

entorpecentes. **Admitiu haver sido submetido a tratamento por aproximadamente um ano, inclusive fazendo uso de medicamentos**, encontrando-se atualmente livre do vício. Por ocasião dos fatos, asseverou ter sido abordado logo após a aquisição de maconha pelo valor de R\$20,00 (vinte reais).

Convergente a tal pronunciamento, **tem-se, ainda, o exame de dependência toxicológica e de sanidade mental de fls. 94/100 a informar ser o apelante, ao tempo da ação, dependente de substância entorpecente (maconha e crack).**

Embora se revele incontroversa a apreensão de substância proscriita, a quantidade e a forma de acondicionamento dos tóxicos revelam-se compatíveis à destinação pessoal sustentada pelo recorrente em juízo.

[...]

Pela leitura do excerto transcrito, verifico que o Tribunal local, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos, **concluiu que a versão apresentada pelos policiais que atuaram na prisão em flagrante do réu, em conjunto com os demais elementos probatórios, não era suficiente para condenar o agravado pelo delito de tráfico de drogas.**

Por essas razões, mostra-se inviável modificar a conclusão da Corte de origem, sobretudo se considerado que, no processo penal, **vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela desclassificação do delito ou pela absolvição do acusado, desde que o faça fundamentadamente, tal como verificado nos autos.**

Ainda que assim não fosse, não se pode olvidar que, para entender-se pela condenação do réu como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência, conforme cediço, incabível em recurso especial, nos termos da **Súmula n. 7 do STJ**. Assim, o recurso **não deve ser conhecido.**

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator

